



Franciscans International  
A voice at the United Nations

---

Minas Gerais, 26 de fevereiro de 2014

Prezada  
Catarina de Albuquerque  
Relatora Especial da ONU pelo direito à água e saneamento  
Seção de Desenvolvimento Humano Sustentável  
Divisão de Procedimentos Especiais  
UNOG-OHCHR

Considerando a sua recente visita oficial ao Brasil, enviamos nossa colaboração para seu relatório sobre violações do direito humano à água e saneamento, que foi construída de forma participativa pelas diferentes organizações que endossam este documento.

A carta da Terra afirma:  
*“Quando se fere a Terra, machuca e fere também os filhos e filhas da Terra”.*

São notórios e graves os danos socioambientais causados pela mineração em Minas Gerais.

A água é fundamental para a sobrevivência da vida. A sua perda ou degradação definitiva e irreversível é, sem dúvida, uma grave violação do direito humano à água, e também ao direito à vida dos demais seres e da mãe Terra.

Conhecemos a cultura e educação de uma civilização pelo tratamento que a sociedade atribui ao seu relacionamento com a água. Quando o homem e os outros seres vivos sofrem e até morrem por falta de água, o direito fundamental à vida também é brutalmente desrespeitado. Quando o capital sobrepõe aos direitos de uma comunidade, afetando tanto a água superficial quanto a subterrânea, também estamos sendo absurdamente violados em nosso direito humano à água.

Diante da gravidade dos fatos que apresentamos no documento, solicitamos a sua especial atenção, de modo que este assunto seja devidamente considerado em seu relatório sobre o Brasil, independente de não ter sido incluído em sua agenda de visitas.

Estamos à disposição se necessitar de esclarecimentos e envio de documentos.

Atenciosamente,

Maria Teresa Viana de Freitas Corujo  
Movimento pelas Serras e Águas de Minas  
Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela  
Articuladora da frente de trabalho para elaboração deste documento

[movsampilavida@gmail.com](mailto:movsampilavida@gmail.com) Telefone: (31) 9385-1339

## **Contextualização:**

O Estado de Minas Gerais, no Brasil, com cerca de 18 milhões de habitantes, é assolado pela mineração desde os primórdios de sua história, no século XVII. Nas últimas décadas, em alguns municípios, a extração de minério de ferro, ouro, bauxita e urânio ocorrem de forma acelerada e são grandes os impactos socioambientais já consolidados. Há a perspectiva de novos mega-empresendimentos minerários em todo o território de Minas Gerais. Dentre eles, os novos “bens minerais”, como: gás de xisto, gás natural e “terras raras”. Associado a extração mineral estão sendo construídos 5 (cinco) minerodutos para escoamento do minério. Ainda diversas barragens e centenas de pequenas centrais hidroelétricas para geração de energia. A legislação vem sofrendo graves retrocessos para facilitar os licenciamentos, com efeitos avassaladores para o meio ambiente, populações e outras formas de viver e de se relacionar com o espaço natural e cultural.

### **1. Que violações do direito humano à água temos identificado?**

A mineração, tal como é praticada em Minas Gerais, constitui a atividade econômica mais prejudicial aos recursos hídricos, promovendo não só a perda definitiva e irreversível de aquíferos e o desaparecimento de nascentes, como a alarmante redução dos lençóis freáticos e a degradação/contaminação dos cursos de água, inclusive com produtos tóxicos e radioativos. Com isso, a quantidade e a qualidade (características físico-químicas) das águas em Minas Gerais vêm se deteriorando de forma acelerada, colocando em risco a segurança hídrica de populações inteiras no Estado de Minas Gerais, que sempre foi considerado a caixa de água do Brasil – por alimentar boa parte das bacias hidrográficas do país.

Na região Mineira conhecida como “quadrilátero ferrífero” – região central do Estado, esse processo de degradação ambiental vem ocorrendo de forma sistemática há décadas. Só a Vale S.A. tem 28 minas de ferro a céu aberto. As cidades de Itabira (109.783 habitantes) e Congonhas (48.519 habitantes) já estão com graves problemas de abastecimento de água devido à mineração.

Na mina de Sapecado (no município de Itabirito – no quadrilátero ferrífero) estudos confirmam que nascentes a 4 km da mina secaram devido à esta atividade econômica. Isto acontece porque no processo minerário ocorre a retirada da camada de cangas (geossistema ferruginoso) que cobre as serras nessa região, que é explodida e descartada como “material estéril”. Mas são elas que permitem a recarga do aquífero porque são porosas e possibilitam que a água da chuva infiltre rapidamente no solo, não se perdendo pela superfície até os rios. Além disso, a destruição das cangas altera de forma irreversível o equilíbrio ambiental da região, com a perda da enorme biodiversidade existente nessa formação geológica. Após a retirada das cangas, a exploração mineraria remove a camada de itabirito, onde está o minério de ferro. Só que é nesta mesma camada que a água fica armazenada e circula até brotar em nascentes, gerando cachoeiras e cursos de água. Além disso, quando a mineração atinge o lençol d’água subterrânea (lençol freático), precisa bombear a água para continuar minerando e isso altera o fluxo dessa água, que antes abastecia diferentes lugares por onde saía à superfície. Assim, a mineração em seu ciclo de extrair o minério, destrói, para além do quadrilátero ferrífero, o que nós chamamos de “quadrilátero aquífero”, já que ambos são o mesmo espaço territorial. Isso precisa ser considerado como grave violação ao direito humano à água, porque se trata da perda definitiva e irreversível de espaços naturais que captam e doam água.

No quadrilátero ferrífero/aquífero são diversas as serras já impactadas com atividades de mineração (ferro, ouro ou bauxita) ou ameaçadas por ampliações ou novos empreendimentos: Serra Azul, Serra de Itatiaiuçu, Serra da Moeda, Serrinha, Serra da Calçada, Serra do Rola-Moça, Serra do Curral, Serra do Engenho, Serra da Piedade, Serra do Caraça e Serra do Gandarela. Todas elas, exceto a Serra do Gandarela, já apresentam situações de impacto às águas. Em outubro de 2013, o World Monuments Fund (WMF) incluiu a Serra da Moeda na lista de patrimônios mundiais ameaçados, e um dos principais motivos foi a mineração. É de um dos trechos dessa serra, no município de Brumadinho, que a mineradora Ferrous Resources pretendia iniciar um dos 5(cinco) minerodutos previstos para Minas Gerais. Devido à resistência da sociedade civil ao empreendimento minerário naquele município, hoje o mineroduto está projetado para começar em Congonhas. Mas já existe uma recomendação do Ministério Público Federal solicitando a imediata nulidade da licença prévia e suspensão do licenciamento ambiental, por atestar que a construção do mineroduto comprometerá o abastecimento de água em Viçosa (72.220 habitantes) e outros municípios da região.

O abastecimento de água de Belo Horizonte, capital do Estado, e sua região metropolitana com mais de 5 milhões de habitantes, depende da água de duas bacias hidrográficas - do Rio das Velhas e do Rio Paraopeba - que estão inseridas no quadrilátero ferrífero, que é também um quadrilátero aquífero, conforme contexto geomorfológico e de atividade de mineração explicitado acima.

O Rio das Velhas, principal afluente do Rio São Francisco, no final de 2013 vivenciou mais uma vez a combinação de pouca água na estação seca com lançamentos maciços de esgotos, que causou a proliferação de micro-organismos tóxicos conhecidos como cianobactérias, produtoras de toxinas altamente prejudiciais a seres humanos e peixes. A produção sem controle desses organismos aquáticos obriga a monitorar a qualidade da água na região, sob o risco de interromper o abastecimento de municípios caso uma concentração maior de toxinas fosse detectada, porque essa situação inviabiliza que água e peixes sejam usados para consumo. Além disso, nesta bacia hidrográfica existem diversos níveis e instâncias de conflitos pelo uso da água, não apenas de quantidade, como o percentual possível de captação para uso, mas também e principalmente conflitos de qualidade. Os pareceres de outorga relevam essas informações e muitas vezes o conflito pode se apresentar de forma latente, ainda não reconhecida pelos mecanismos e órgãos oficiais.

A captação de Bela Fama no Rio das Velhas, em Nova Lima, é responsável pelo abastecimento de água de 63% de Belo Horizonte e parte dos municípios de sua região metropolitana, como Raposos (100%), Nova Lima (98%), Sabará (97%) e Santa Luzia (37%), num total de quase 1.900.000 habitantes. As águas que chegam ao Rio das Velhas dos afluentes da margem esquerda estão totalmente comprometidas, devido principalmente às intensas atividades minerárias.

Na margem direita do Rio das Velhas fica a Serra do Gandarela, que representa o último "aquífero" ainda intacto na região, com muita água de excelente qualidade. Estima-se estarem armazenados cerca de 1,6 trilhões de litros de água potável, cuja recarga pelas chuvas é feita através da couraça de canga ferruginosa que recobre e protege os pontos mais elevados da serra. Esta água é lentamente liberada - por meio de dutos naturais, canais e fissuras nas camadas de minério - e abastece as mais de mil nascentes, dezenas de cachoeiras e diversos cursos d'água na área proposta para o Parque Nacional e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Serra do Gandarela. O ribeirão da Prata, cujas nascentes e grande parte do curso estão na área proposta para o Parque Nacional, é a última reserva estratégica em volume de águas de Classe Especial e Classe 1 com capacidade para suprir a demanda crescente de água de Belo Horizonte, pela sua proximidade da Captação de Bela Fama, aproximadamente 4 km. Este ribeirão, que encontra o Rio das Velhas na cidade de Raposos, já é muito importante porque suas águas limpas são fundamentais para a saúde desse rio que já chega ali em condições precárias e segue até encontrar o Rio São Francisco.

Essas duas Unidades de Conservação, pedidas pela sociedade ao governo federal (sendo o Parque Nacional em 2009 e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável em 2012) só não foram criadas

devido ao interesse da mineração. A Vale S.A. vem articulando, junto ao Ministério do Meio Ambiente e aos governos estadual e federal, para que sejam alterados os limites seguros para a proteção da Serra do Gandarela e, assim, conseguir licenciar seu empreendimento “Mina Apolo”. No entanto, a própria Vale S.A., no Estudo de Impacto Ambiental (página 17), reconhece os impactos que seriam causados pelo seu empreendimento pretendido na Serra do Gandarela: “[...]Significa tratar de uma atividade que, suscita posicionamentos, como a interferência com o potencial turístico regional, com a produção de água para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, com a conservação da biodiversidade [...]” (grifo nosso). Assim, a perspectiva de deixar de proteger a Serra do Gandarela com sua relevância para o abastecimento de água de uma região com mais de 5 milhões de habitantes para permitir um mega-empreendimento de mineração de ferro a céu aberto já é uma grave violação ao direito humano à água, mesmo que ainda não concretizado.

O Rio Paraopeba está altamente poluído, mesmo a menos de dez quilômetros da nascente e nas cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte por onde passa no início de seu curso. Análises preliminares apontaram alta quantidade de metais pesados nos locais mais poluídos do rio, onde é comum a presença de substâncias cancerígenas como cromo total, cádmio e chumbo que, segundo alguns afirmam, é despejado no Paraopeba pelos seus 43 afluentes. Existem estudos em curso sobre a relação entre a atividade mineradora e a contaminação dos rios pelo cromo total, mas em Congonhas já é fato concreto que a mineração compromete a qualidade e quantidade da água do Rio Maranhão, importante afluente do Rio Paraopeba.

Na Bacia do Rio Paraopeba, mas especificamente no Médio Paraopeba, a Vale S.A. e a Itaminas lavam minério e despejam o rejeito em áreas rurais do município de Sarzedo, afetando gravemente os pequenos agricultores familiares e piscicultores, que perderam toda a produção de peixes, sua fonte de renda, devido ao alagamento, poluição e destruição dos açudes com água barrenta, que também fez perder muitas espécies de árvores frutíferas, hortaliças e animais. No município de São Joaquim de Bicas, especialmente no lugar conhecido como Açoita Cavalos, antes da atividade da mineradora MMX os produtores rurais sob o regime da agricultura familiar utilizavam dos corpos d’água para molhar a produção de hortaliças que sustentava suas famílias, as crianças e adolescentes para nadar e pescar e adultos da comunidade pescavam peixes para alimentar a família. Hoje não é mais possível, pois as águas secaram ou estão contaminadas, e os moradores que ainda permanecem na região recebem semanalmente galões de água e se perguntam se a MMX continuará fornecendo mesmo após o término de suas atividades e para as próximas gerações de seus netos e bisnetos. A violação ao direito humano à água significou para estas pessoas não só a perda de seu modo de ser, de viver e de gerar sua renda através da produção agrícola familiar, como a perda do direito ao lazer e a perda de saúde, porque passaram a ter o humor modificado, andam cabisbaixos e depressivos, desencantados com o lugar onde sempre viveram e agora dependentes de comprar alimentos, quando antes os cultivavam e vendiam. O relato emocionado da moradora Eni Resende Coelho é retrato do que vem acontecendo com as demais comunidades em torno dos empreendimentos minerários. *“Não aguentamos mais tanto sofrimento. Nossa comunidade, cerca de 100 famílias, sempre viveu da agricultura familiar, hortifrutigranjeiro, pesca artesanal, açude com peixes, etc. A água foi sempre abundante para nosso consumo, para usarmos na agricultura e com os animais. Devido os impactos causados pelas mineradoras, perdemos a água, nossa maior riqueza; agora recebemos a água através de caminhão pipa, que por vez, está nas mãos da própria empresa mineradora; até a água que bebemos é servida com galões”*.

Além da violação do direito humano à água pela mineração, no Médio Paraopeba existem outros graves problemas relacionados com a mesma violação oriundos de outras fontes como: lançamento de esgoto no Rio Paraopeba 24 horas por dia do superlotado presídio de São Joaquim de Bicas próximo da Colônia Santa Isabel (Betim); águas impróprias para consumo humano são utilizadas para molhar hortaliças folhosas que são comercializadas nas cidades de Betim, Mário Campos, Brumadinho, entre outras; constantes enchentes, com registro de grande quantidade de minério dentro das casas atingidas; a população lança resíduos, restos de animais e esgoto sem tratamento

no rio que corta bairros populosos. Especificamente na sub-bacia do ribeirão Sarzedo, afluente da bacia do rio Paraopeba, existe uma luta específica para salvar uma lagoa imensa, de aproximadamente 18 km quadrados, conhecida como Lagoa da Petrobrás, vítima da omissão e irresponsabilidade do poder público local e da Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais, COPASA. Esta lança, sem qualquer tratamento, o esgoto de 200 mil pessoas “in natura” em nossos corpos hídricos e cobra na conta de água de todos os cidadãos um valor bem significativo (acréscimo de 50% do valor pago pelo uso da água) que deveria ser cobrado apenas após o funcionamento de uma Estação de Tratamento de Esgoto.

Os municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas localizam-se no extremo oeste da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, nas cabeceiras do rio Santo Antônio, nas proximidades do divisor de águas das bacias dos rios São Francisco e Jequitinhonha, na área declarada pela UNESCO como “Reserva da Biosfera Serra do Espinhaço”. Apesar de estarem numa região de alta vulnerabilidade ambiental, de difícil recuperação e de alta prioridade para conservação e recuperação dos recursos naturais, está em implantação um dos maiores empreendimentos minerários do Brasil - Projeto Minas-Rio - operado pela empresa Anglo American. O Estudo de Impacto Ambiental foi incompleto e cheio de falhas e o licenciamento foi fracionado para diminuir a percepção do tamanho dos impactos que o projeto iria causar. Separaram o licenciamento de suas estruturas – a mina, o mineroduto, o porto e a linha de transmissão. Problemas muito graves já começaram nos dois municípios e o cenário é caótico na região. Entre eles, está a poluição de córregos deixando suas águas impróprias para consumo, a extinção de nascentes, a explosão de cachoeira e os inúmeros prejuízos causados a propriedades rurais e pequenos agricultores que tiveram suas atividades impedidas ou prejudicadas pela perda ou contaminação de mananciais de água.

Na Bacia do Rio Santo Antonio, além da Anglo American com o Projeto Minas-Rio, existe a mineradora Manabi que pretende explorar minério de ferro em Morro do Pilar (3.399 habitantes) e Santa Maria de Itabira (10.552 habitantes) e fazer o escoamento através de um mineroduto. A Manabi já tem duas outorgas (licenças que autorizam a captação de água) em dois rios na região de Morro do Pilar: no rio Preto e no Santo Antônio. Juntas, as licenças somam uma vazão de 819 litros por segundo (l/s), sendo 718 l/s no rio Santo Antônio e 101 l/s no rio Preto. As captações, além de alimentar o mineroduto, devem servir também às usinas de beneficiamento do minério. Para se ter uma idéia da quantidade de água, uma comparação: todos os mananciais que abastecem Itabira (109.783 habitantes) somam 388 l/s. A vazão de água concedida à Manabi daria para abastecer quase três cidades de Itabira. Nesta bacia hidrográfica já existem duas barragens hidroelétricas e estão previstas 22 Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs). Apesar de todos esses empreendimentos serem altamente impactantes aos recursos hídricos, entre outros aspectos ambientais e sociais, não há uma avaliação dos impactos de forma conjunta no território, na vida das pessoas e na disponibilidade de acesso à água.

O Rio São Francisco nasce em Minas Gerais, banha uma grande parte do Estado e corta a região norte em direção ao mar, atravessando a Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. No município de Três Marias, abaixo da barragem que leva o mesmo nome, a Votorantim Metais tem uma metalurgia de zinco desde 1956. Durante muitos anos a empresa descartou o rejeito industrial no leito do córrego Consciência, pequeno afluente do São Francisco. Posteriormente, como resultado da pressão política da sociedade, implementou duas barragens de rejeitos: uma na beira do rio São Francisco e outra num afluente próximo. Ambas as barragens apresentam sérios vazamentos, dentre outros problemas ambientais. Os indícios da contaminação existem desde o início da década de 60. Mas, no ano de 2005, houve uma enorme mortandade de peixe, principalmente de Surubins adultos. Os pescadores falam em 250 toneladas de peixes adultos. Os índices de metais pesados extrapolaram em muito os padrões permitidos pela legislação ambiental. O impacto na vida das comunidades pesqueiras tradicionais foi enorme na época e continua hoje. As organizações e as

comunidades denunciaram os problemas para os órgãos competentes, mas o problema está longe de ser resolvido e ainda acarreta problemas de contaminação para um dos mais importantes cursos d'água do Brasil.

No Norte do Estado de Minas Gerais, a situação é bastante preocupante. Entre os Vales do Rio São Francisco e o Rio Jequitinhonha as empresas de extração mineral iniciam um novo ciclo de exploração. A exploração do Ouro e do Minério de Ferro será catastrófica nesta região. As minas que estão sendo exploradas estão localizadas na transição entre o Bioma Cerrado e Caatinga. Uma das características da caatinga é a pouca disponibilidade de água. A população desta região sempre enfrentou sérios problemas de acesso a água nos períodos de seca – dos meses de abril à outubro, além das freqüentes estiagens nos meses de janeiro e fevereiro. A exploração mineral, com sua grande demanda por água, e a intrínseca degradação do sistemas de água, mesmo em fase inicial já acumula problemas.

A mineração de Ouro Riacho dos Machados da empresa Canadense Carpathian Gold já tem suas licenças ambientais suspensas em função dos impactos causados nos sistemas locais. Ainda apresentam um grande risco ao açude público da Barragem do Bico da Pedra, pois a barragem de rejeitos da empresa está a montante da mesma, podendo ser contaminada por cianeto, arsênio entre outros metais, já contatados na área explorada. Caso esse açude seja contaminado a região entrará em colapso, porque essas águas abastecem um perímetro irrigado de produção de alimentos, e também abastecem vários municípios da região. A empresa também vem abrindo poços artesianos nas comunidades vizinhas, de forma ilegal, para abastecer a exploração do ouro, causando graves problemas à população local.

A exploração do minério de ferro também é uma grande ameaça no norte de Minas Gerais. Empresas pretendem explorar o minério e transportá-lo por mineroduto até o porto de Ilhéus, no sul do Estado da Bahia. Para isso já possuem uma outorga para retirar água da barragem de Irapé e pretendem também construir 2 barragens para abastecer as demandas da exploração.

Em Paracatu, a empresa canadense Kinross é proprietária da Rio Paracatu Mineração, uma mina de ouro localizada no município de Paracatu, região Noroeste do Estado de Minas Gerais. Desde 1987 (com o nome de RPM) explora a Mina Morro do Ouro e atualmente é a única proprietária. Ela possui licenças para pesquisa de lavra em mais de 20 mil hectares em torno dessa mina, inclusive em área urbana, e vem planejando uma grande expansão produtiva.

A Kinross, através da exploração da mina a céu aberto, vem causando prejuízos incalculáveis para a população e o meio ambiente. A empresa produz de 15 a 20% do total de ouro exportado pelo Brasil, com níveis médios de produção anual de 15 toneladas. O teor de ouro dessa mina é extremamente baixo, o menor do mundo, com 0,40 gramas em cada tonelada de terra. A exploração com esse baixo teor de ouro gera uma quantidade gigantesca de rejeitos e só é viabilizada, dentre outras formas, com um baixo custo, que deixa enormes passivos ambientais e sociais e com a crescente corrida pelo ouro no mundo como forma de investimentos frente à crise econômica.

A rocha arsenopirita, que contém grande quantidade de arsênio, além de enxofre, ferro e ouro, gera a contaminação do ambiente pelo arsênio. A concentração deste metal no minério da mina Morro do Ouro varia de menos de 2500 ppm a mais de 4000 ppm. A concentração média é de 1100 ppm, o que significa 1 kg de arsênio para cada tonelada de minério. 300 milhões de toneladas de minério já foram extraídas do Morro do Ouro e depositados pela Kinross na bacia de rejeitos do vale do Córrego Santo Antônio (sub- bacia do Rio São Francisco). Isso significa que a empresa depositou cerca de 300 mil toneladas de arsênio neste local. Com o seu projeto de expansão, que pretende triplicar a produção, a mineradora Kinross ameaça depositar mais de um milhão de toneladas desse produto tóxico na Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu, afluente que mais contribui em volume para a Bacia do São Francisco, que corta grande parte do semi-árido brasileiro.

Vale dizer que apenas um grama de arsênio é suficiente para matar 7 pessoas adultas. Então, 300 mil toneladas de arsênio podem causar uma tragédia sem proporção. O funcionamento da mina nessas condições gera uma série de graves problemas ambientais como: poluição da água (arsênio, chumbo, cádmio, mercúrio e cianeto), alto consumo de água, destruição de nascentes, acesso ao abastecimento público de água, além de poluição sonora (detonação/ruído), do solo e do ar (poeira). Ainda há o uso do cianeto, a ameaça de destruição de áreas como o córrego Machadinho, o arsênio lançado na barragem de rejeitos, os lagos com drenagem ácida, aumento da altura de uma das barragens de rejeito - não previsto no licenciamento ambiental que autorizou sua implementação. Ainda, a população local e parte da sociedade civil organizada denunciam que a empresa não tem uma gestão de risco eficiente frente aos problemas causados e, assim, existem muitas dúvidas e incertezas, como o tratamento do estoque de arsênio e seu destino final após o fechamento da mina.

Recentemente, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana reconheceu que a causa de envenenamento crônico da população de Paracatu, município de 100 mil habitantes, é a liberação de arsênio pela atividade de mineração de ouro a céu aberto. Também o mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil selecionou, dentre outros, o caso da Kinross a partir de sua relevância socioambiental e sanitária, seriedade e consistência das informações apresentadas, reconhecendo as populações e grupos atingidos/as em seus territórios por projetos e políticas baseadas numa visão de desenvolvimento considerada insustentável e prejudicial à saúde. O documento diz que a população de Paracatu está cronicamente exposta ao arsênio e outras substâncias tóxicas contidas nos rejeitos da atividade de mineração de ouro a céu aberto, realizada pela empresa Kinross. Doenças renais, neurológicas, cardiovasculares, câncer, cegueira, diabetes, aplasia medular e outras são identificadas em Paracatu com altos índices.

Todas as situações aqui apresentadas não são a totalidade das violações do direito humano à água praticadas pela mineração em Minas Gerais.

## **2. Quais são as causas estruturais disso? Que relações de poder dentro da sociedade estão por trás dessas violações?**

A causa fundamental é o modelo de desenvolvimento, a qualquer custo e com lucro maximizado em um curto prazo, proposto pelo governo federal e pela maioria dos governos estaduais. Desenvolver é crescer, é gerar vultosos lucros para poderosos aglomerados financeiros que têm seus ativos em bolsa de valores. Assim, temos de um lado grandes aglomerados financeiros, o poder legislativo, o poder judiciário, o poder executivo e os poderosos meios de comunicação de massa impondo seus interesses. Por outro lado, organizações populares, segmentos das Igrejas e das Universidades, poucos políticos comprometidos com interesses populares e mídia alternativa no bloco da resistência à imposição do modelo de desenvolvimento. A correlação de forças é totalmente desigual.

Não há uma relação propositiva e dialógica, que considere o direito das novas gerações e elabore propostas para serem discutidas em fóruns específicos de participação sobre a vida dos territórios. É a força do capital financeiro gerando uma espécie de sub-cidadãos, transformando os sujeitos em meros frequentadores de territórios dos quais podem ser expulsos ou re-locados, alienados de sua própria história sob o manto do modelo desenvolvimentista do neoliberalismo.

Nesse cenário, a mineração se destaca na perspectiva de alavancar o chamado “desenvolvimento” e “crescimento” do país através da exportação de minérios, que colabora com a balança comercial brasileira, com a arrecadação de recursos por parte dos Estados e dos municípios onde ela ocorre e com o apoio de campanhas eleitorais. Assim, esta atividade econômica é soberana em espaços territoriais onde tem interesses, como Minas Gerais, e comanda ou controla governos, instâncias de gestão pública, colegiados técnicos e políticos e imprensa, utilizando para tal diferentes mecanismos como cooptação, assédio, ameaças, espionagem e corrupção. As grandes empresas mineradoras

(nacionais e internacionais) que atuam em Minas Gerais contam com o aval e apoio do Governo Federal, do Governo do Estado e das Prefeituras Municipais e demais órgãos públicos a eles associados e procedem de forma ilegal e imoral na maioria dos processos de licenciamento e operação de projetos de mineração e/ou suas estruturas, sendo inúmeros os casos denunciados de descumprimento de normas, procedimentos e condicionantes, de forma a não atender premissas básicas a empreendimentos que geram impactos significativos, principalmente no que se refere ao seu real dimensionamento e viabilidade socioambiental de sua implantação.

São diversas as formas das relações de poder se apresentar e agir:

- ✓ Desrespeito com direitos de quem mora nas regiões pretendidas pela mineração, que mantêm laços afetivos e culturais construídos nesses territórios.
- ✓ Os “bens de nossa terra” são vistos como meros recursos a serem explorados e a disputa entre grandes empresas e pequenas economias é desigual.
- ✓ Abuso de poder por parte dos nossos governantes e órgãos públicos, que dão a permissão para empresas que visam apenas o lucro financeiro consumirem água de modo prejudicial a outras populações.
- ✓ As comunidades não são consideradas como interlocutores locais importantes e existe por parte dos empreendimentos uma relação de imposição de força, inclusive com tentativa de assédio aos moradores.
- ✓ Não há transparência no que diz respeito ao trato do processo de licenciamento e implantação de empreendimentos e o empreendedor impõe os seus projetos sem consulta prévia aos moradores, contando para isso com todo um aparato jurídico, sociológico e financeiro como instrumentos de viabilização de seus interesses.
- ✓ Os empreendedores articulam fóruns com autoridades municipais, estaduais e nacionais e as comunidades não são convidadas. Portanto, não participam desses fóruns de decisão, restando a elas a tentativa de reversão de ações prejudiciais ao seu modo de vida e à natureza, uma luta de resistência sem esclarecimentos sobre o que acontece nestes fóruns. Assim, as comunidades afetadas são excluídas dos processos decisórios, cabendo a elas participarem de audiências, o que em sua formatação servem apenas para referendar decisões já tomadas anteriormente pelo interesse do capital financeiro.
- ✓ A compra de propriedades de interesse da mineração é feita de forma fragmentada e muitas vezes usando mecanismos “impositivos” como protocolos de intenção assinados pelo Governo do Estado com mineradoras. Dessa forma, os antigos moradores se dispersam para vários locais diferenciados, quebrando a dinâmica de convivência de anos a fio. Há uma imposição do estilo de vida urbana, desrespeitando as raízes históricas, economias alternativas e tradições locais.
- ✓ Os empreendedores estabelecem vínculos com autoridades responsáveis pela educação pública e passam a atuar dentro da rede pública de ensino impondo uma leitura de sua atividade econômica através de metodologias e materiais didáticos que exaltam a necessidade e importância do seu empreendimento. Utiliza-se uma linguagem ecocapitalista e uma falsa educação ambiental, fazendo lavagem cerebral nas pessoas com a imposição da ideologia do mercado.
- ✓ Os empreendedores financiam eventos culturais que ostentam a logomarca da empresa e divulgam seus interesses. O objetivo é que comprar a nossa cultura. Buscam impor um novo modelo cultural, investindo em ações que apresentam uma realidade equilibrada com a



exploração mineral. Desencadeia-se um processo cultural/ideológico no qual se admite o ambiente como totalmente favorável à exploração mineral e acredita-se que os danos ambientais são consequências insignificantes, necessitando de pequenas ações corretivas e de compensação.

- ✓ O baixo rendimento econômico da população, a criação de dependência socioeconômica de megaempresas e o rebaixamento das condições sociais e psicológicas do povo e região afetados. Há monopólio econômico e político de uma minoria.

### **3. Tem grupos que sofreram de forma particularmente desproporcional as violações?**

Todos os atingidos ou ameaçados por violações do direito humano à água sofrem. Podemos destacar mais aqueles que perdem o direito a própria vida ou adoecem por falta de água, geralmente os moradores das áreas nas quais a atividade de mineração, e suas estruturas de beneficiamento, escoamento e energia se impõe, independente se em áreas urbanas ou rurais. Também os produtores rurais sob regime de agricultura, criação de animais, apicultura ou piscicultura familiar que, ao ser alterada a qualidade e a quantidade dos corpos d'água do território, tiveram inviabilizadas suas atividades, obrigando-os a procurar outro local e atividade para ganharem o seu sustento. No contexto da perda definitiva e irreversível de aquíferos, todos os seres vivos que deles dependem ou dependeriam sofrem de forma particularmente desproporcional as violações porque não terão mais como sobreviver.

### **4. Que atividades vocês assumem para garantir o monitoramento do direito humano à água?**

Nós, organizações e movimentos sociais e ambientais com atuação em Minas Gerais (Brasil) abaixo listados, estamos profundamente preocupados. Por isso, estamos atuando em diferentes pontos, de diferentes formas e nos articulando em rede cada vez mais, e de forma mais orgânica, no monitoramento não só do direito humano à água como dos demais direitos que são violados pela atividade de mineração.

Para garantir o monitoramento do direito humano à água, nós acompanhamos de perto os processos de licenciamento, participamos de audiências públicas, denunciamos as ilegalidades e o descumprimento das leis, realizamos mobilizações populares, encaminhamos representações ao Ministério Público Estadual e Federal, planejamos ações de resistência para permanência nos territórios, fiscalizamos o cumprimento de condicionantes, organizamos reuniões, cursos e palestras para ajudar na organização e educação cidadã da comunidade, divulgamos manifestos, elaboramos abaixo-assinados e coletamos assinaturas, realizamos intervenções e atos de repúdio ou em prol de nossas causas.

Somos cidadãos que sonham, reivindicam e agem para preservar e recuperar a vida em nossas comunidades e em nosso planeta. Queremos contribuir para mudar a ideologia que prevalece na sociedade que vivemos (consumismo, individualismo, correria, ganância, arrogância). Queremos ajudar na construção de uma nova história e interagir, proteger e ser protegidos pelas outras formas de vida que habitam nosso planeta. E sem água nada sobrevive.

### **Organizações de Minas Gerais articuladas em rede no enfrentamento à mineração:**

4 Cantos do Mundo

Abrace a Serra da Moeda

Articulação Popular São Francisco Vivo ( APSFV)

Associação de Conservação Ambiental Orgânica (ACAÓ)

Associação de Defesa e Desenvolvimento Ambiental de Ferros (ADDAF)

Associação do Patrimônio Histórico, Artístico e Ambiental de Belo Vale (APHAA-BV)

Associação para a Recuperação e Conservação Ambiental (ARCA AMASERRA)  
Associação Pró-fundação Universitária do Vale do Jequitinhonha (FUNIVALE)  
Centro de Ecologia Integral de Betim (CEIBE)  
Educafro Minas  
Grupo Rede Congonhas  
JUFRA (Juventude Franciscana)  
MOC-ECO (Movimento Comunitário, Cultural Ecológico e Esportivo da Média/Baixa Serra do Curral)  
Movimento Artístico, Cultural e Ambiental de Caeté (MACACA)  
Movimento Contra a Barragem de Rejeitos de Raposos  
Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela  
Movimento pelas Serras e Águas de Minas (MovSAM)  
Movimento Serra do Rola-Moça Sempre Viva  
ONG Gota D'água do Alto Paraopeba  
Ordem Franciscana Secular – OFS  
Serviço Franciscano de Justiça, Paz e Integridade da Criação - Província Santa Cruz  
SINFRAJUPE - Rede Inter-franciscana de Justiça, Paz e Ecologia  
SOS Serra da Piedade  
União das Associações Comunitárias de Congonhas (UNACCON)  
Unidos por Conceição ( UNICOM)